



Pazuello manobra para escapar da CPI

Comissão recebe a informação de que ex-ministro da Saúde tenta adiar depoimento e, em outra frente, teria a intenção de apelar ao STF para não ser ouvido como testemunha. Randolfe Rodrigues fala em prisão. Hoje, será a oitiva do presidente da Anvisa

» RENATO SOUZA

Senadores que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid receberam a informação de que o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello vai tentar protelar novamente seu depoimento ao colegiado. A oitiva do general está prevista para o próximo dia 19, depois de ter sido adiada do dia 5, sob alegação de que o militar teve contato com assessores infectados pelo novo coronavírus. A alegação foi chancelada pelo Exército, que enviou ofício à comissão informando que ele ficaria em isolamento. No entanto, na mesma semana, Pazuello recebeu a visita do ministro Onyx Lorenzoni, da Secretaria-Geral da Presidência.

O primeiro adiamento provocou reação no Senado, com parlamentares pedindo que o ex-ministro fosse obrigado a apresentar exame de testagem para a doença. A solicitação, entretanto, foi negada pelo presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM).

De acordo com senadores, a tentativa de Pazuello, agora, é obter um habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) para não depor na CPI como testemunha, condição em que tem a obrigação de dizer a verdade e não pode ficar sem responder às perguntas. O argumento do militar seria de que responde a inquérito, aberto pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, sobre eventuais omissões à frente do Ministério da Saúde.

Vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou ao *Correio* que se trata de um “artifício jurídico” para obter o adiamento ou a mudança da condição de testemunha. “Pazuello pode querer usar um artifício jurídico para driblar a CPI, dizendo que, hoje, é investigado num inquérito criminal deflagrado pelo Aras e que, nessa condição, não pode prestar compromisso de dizer a verdade, para não produzir prova contra si, ou ainda tentar um habeas corpus no STF para não comparecer”, frisou.

Interlocutores ligados à investigação informam que Pa-

zuello teme ser preso por, eventualmente, ter cometido crime ao obedecer as determinações do presidente Jair Bolsonaro para propagandear o uso de cloroquina e outros medicamentos sem eficácia contra a covid-19, além de ter retardado a compra de vacinas contra a doença.

O clima se acirrou, e Rodrigues enfatizou a possibilidade de o ex-ministro ser preso, “se descumprir o compromisso de falar a verdade diante da CPI”. “É isso que diz a letra clara do Código Penal, é isso que diz sobre testemunho diante do um inquérito”, destacou, em entrevista à CNN Brasil. Ele acredita que o Supremo não concederia um habeas corpus para não interferir nas atividades legislativas.

Depoimentos

Hoje, a comissão inicia mais uma rodada de oitivas. Às 10h, o colegiado tomará o depoimento do presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Barra Torres. Ele deve dar detalhes sobre quantas vezes a entidade foi procurada para tratar de vacinas e quais esforços foram feitos para adotar o uso de imunizantes no território nacional. Apesar de ser independente, o órgão teria sofrido pressões do Palácio do Planalto.

Amanhã, os parlamentares sabatinam Fábio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação da Presidência. Na quinta-feira, será a vez de um representante da Pfizer, para avaliar como foram as tratativas e as falhas do governo em relação à obtenção vacina. O ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo deve depor na próxima semana, a mesma em que deve ocorrer a oitiva de Eduardo Pazuello, caso o militar não seja bem-sucedido na tentativa de protelar o comparecimento. Testemunhas que representam o Instituto Butantan, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a União Química, fabricante brasileira que produz a Sputnik em território nacional, também estão na agenda. O acordo é para que seja ouvida uma testemunha por dia.



Minervino Júnior/CB/D.A Press



General teme ser preso por seguir orientações de Bolsonaro para propagandear remédios sem eficácia contra a covid-19 e atrasar compra da vacina

» Agenda da semana

Hoje

» Depoimento do diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Antonio Barra Torres.

Foco principal: a CPI quer entender, principalmente, o processo que levou à não liberação, pela agência, do uso da vacina russa Sputnik V no Brasil.

Amanhã

» Depoimento de Fábio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação do governo.

Foco principal: o ex-integrante do governo terá de responder sobre a declaração de que o Ministério da Saúde seria o responsável pelo atraso das vacinas.

Quinta-feira

» Depoimento de representantes da Pfizer, uma das fornecedoras de vacina contra a covid-19 no Brasil.

Foco principal: a empresa afirmou que, no ano passado, o governo federal recusou a oferta de doses.

“Vacina e esclarecimentos”

Integrante da CPI da Covid, o senador Otto Alencar (PSD-BA) afirmou que a semana no colegiado será “da vacina e dos esclarecimentos” sobre os contratos assinados de imunizantes no combate à doença. Segundo ele, a comissão vai questionar a não aprovação da vacina russa Sputnik V e a falta de contratos fechados pelo governo Bolsonaro para obtenção de imunizantes.

Em entrevista à Globo News, Alencar avaliou que “ficou muito claro” que a condução do Ministério da Saúde no período de Eduardo Pazuello foi orientação do presidente Jair Bolsonaro, com incentivo ao uso da cloroquina e medicamentos de tratamento precoce. Segun-

do ele, é possível analisar que o chefe do Planalto está por trás da gestão da Saúde e, quem não concorda com sua visão, deve sair do ministério.

Na avaliação do parlamentar, o incentivo de Bolsonaro para a utilização de remédios contra a covid e suas críticas à pandemia é uma “posição perigosa e, até certo ponto, sem responsabilidade”. Ele repudiou o ato feito pelo chefe do Executivo, no domingo, que saiu de moto pelas ruas de Brasília acompanhado de centenas de motociclistas. Para ele, esse tipo de comportamento é “perverso”. “Falta grandeza ao presidente Bolsonaro para reconhecer o erro” na condução da pandemia, frisou.

Araújo atuou para compra de cloroquina

Telegramas mostram que o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo agiu para garantir o fornecimento de cloroquina ao Brasil. O medicamento não tem eficácia contra a covid-19. Os documentos, obtidos pela *Folha de S. Paulo*, mostram que, por sua vez, o empenho para conseguir vacinas foi baixo. O ex-chanceler, que pediu demissão há pouco mais de um mês, será um dos ouvidos da CPI da Covid, no Senado, na próxima semana.

Segundo a reportagem, em março de 2020, Araújo pediu aos diplomatas brasileiros que tentassem “sensibilizar o governo indiano para a urgência da liberação da exportação dos bens encomendados pelas empresas antes referidas (EMS, Eurofarma, Biolab e Apsen) e outras que se

encontrem em igual condição, cujo desabastecimento no Brasil teria impactos muito negativos no sistema nacional de saúde”. Na época, o governo da Índia havia restringido a exportação de cloroquina.

Um dia antes do pedido, a Prevent Senior e o Hospital Albert Einstein tinham anunciado estudos para saber se a cloroquina poderia ser eficaz contra a covid-19. A pesquisa do Einstein, publicada em julho, concluiu que o medicamento não tem nenhum benefício para os infectados pela doença e que o uso dela pode causar alterações no fígado e no coração. Já a da Prevent Senior apontou redução no número de internações, porém, a pesquisa foi colocada em dúvida pela comunidade científica por não seguir padrões aceitáveis.

Um dos telegramas, de 4 de abril, mostra que o presidente Jair Bolsonaro chegou a conversar com o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi. No diálogo, teria afirmado que o Brasil obteve resultados animadores com o uso da cloroquina, mesmo não existindo nenhum estudo comprovando a declaração.

A ação de março não foi a única interferência do então ministro. Em todo o mês de abril, ele tentou a obtenção do remédio para o Ministério da Saúde, e os pedidos continuaram em junho, quando a Sociedade Brasileira de Infectologia, a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia e a Associação de Medicina Intensiva Brasileira já haviam desaconselhado o uso da cloroquina em pacientes com covid-19. Estudos têm demonstrado que o

uso do medicamento pode ter aumentado a quantidade de infecções pela doença, pela falsa sensação de segurança.

Imunizantes

Ainda de acordo com a reportagem, enquanto batalhava pela cloroquina, Araújo teve baixo empenho para conseguir imunizantes contra a covid-19 vindos da China. Até novembro de 2020, não houve, por parte do ministério, instruções para os diplomatas negociarem o fornecimento de vacinas ou insumos ao Brasil. O país asiático é o maior produtor de imunizantes do mundo.

Somente neste ano, a embaixada da China foi acionada para conseguir suplementos para a produção da vacina da AstraZeneca.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Telegramas mostram que foi baixo o empenho de Araújo por vacinas